



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA-GP - 7432018
Código de validação: 03D8AD0356

**DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE
INVENTÁRIO GERAL DE BENS
PATRIMONIAIS MÓVEIS, REFERENTE
AO BIÊNIO 2018-2019.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de realização anual de Inventário geral de bens patrimoniais, com supedâneo nos artigos 84, 85 e 86, no seu inciso V, todos da Instrução Normativa 01-2010 - TJMA;

CONSIDERANDO, outrossim, que o orçamento deixou de ser o único foco contábil e o patrimônio público passa a assumir seu lugar como objeto de estudo, gerando novas ações, sistemáticas e diretrizes para viabilizar a construção de um novo modelo de gestão patrimonial, voltado para o adequado registro dos bens, incluindo sua valoração; e

CONSIDERANDO que a implementação do novo modelo de gestão patrimonial desse egrégio Tribunal de Justiça, a partir da obediência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCAST), elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 21 de novembro de 2008, tem em seu escopo a missão de promover uma melhoria nos controles internos para a proteção do patrimônio público, e ainda, apresentar maior transparência à aplicação de recursos da sociedade,

RESOLVE:

Art. 1º – A comissão de inventário geral de bens patrimoniais móveis do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão fica composta pelos seguintes membros:

- **FERNANDA MELO LINDOSO**, Chefe da Divisão de Administração Patrimonial, matrícula: 106500 – Presidente;
- **MICHEL ALYSSON CASTRO FURTADO**, Supervisor da Divisão de Administração Patrimonial, matrícula: 107219;
- **ARISTEU RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR**, Coordenador de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça, matrícula: 184341;
- **GEOVANE DA SILVA SANTOS**, Técnico Judiciário - Apoio Técnico Administrativo, matrícula: 135285;
- **JHON HERBET LOBO BRANDÃO**, Analista Judiciário - Administrador, matrícula: 112631;
- **DAYANA DA CONCEIÇÃO FERREIRA LUNA**, Técnico Judiciário - Apoio Técnico Administrativo, matrícula: 116251;
- **LÍVIO MAGALHÃES GUEDELLHA**, Técnico Judiciário - Apoio Técnico Administrativo,





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

matrícula: 117358;

- **VANESSA CRISTINE SERRA DA COSTA MOTA**, Auxiliar Judiciário – Apoio Técnico Administrativo, matrícula: 138453;

- **DJARD GLEIDSON MOREIRA NOGUEIRA**, Auxiliar Judiciário – Motorista, matrícula: 100727;

- **KELLYANNA DIAS TABOSA**, Auxiliar Judiciário – Apoio Técnico Administrativo, matrícula: 108878;

- **ALBERTO BRUNO CUNHA DUARTE**, Técnico Judiciário - Apoio Técnico Administrativo, matrícula: 107581;

- **PAULO ROBERTO GONÇALVES SMITH**, Técnico em Informática - Hardware, matrícula: 103168;

- **ANDRÉ LUÍS AZEVEDO BORGES**, Técnico em Informática – Hardware, matrícula: 129205;

- **JOSÉ JÚLIO DA SILVA MARQUES**, Técnico em Informática - Hardware, matrícula: 114835;

- **ERNANE FRASÃO BARBOSA**, Coordenador de Manutenção de Equipamentos, matrícula: 101386;

- **ROSEMAY CONCEIÇÃO DOS ANJOS PINHEIRO**, Auxiliar Judiciário – Apoio Técnico Administrativo, matrícula: 103200;

- **KERLINE TEIXEIRA DA SILVA**, Auxiliar Judiciário – Apoio Técnico Administrativo, matrícula: 106955 e;

- **MARIA DAS GRAÇAS FRANK MACHADO**, Técnico Judiciário - Apoio Técnico Administrativo, matrícula: 124461.

Art. 2º - São atribuições da Comissão de Inventário de Bens Móveis:

I – efetuar o levantamento dos bens patrimoniais, pertencentes às unidades judiciárias e administrativas do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Justiça de 1º Grau, mediante verificação *in loco* dos bens móveis;

II – definir os cronogramas e etapas de realização do inventário;

III – criar subcomissões que realizarão o inventário *in loco*, dentre servidores lotados na Divisão de Administração Patrimonial, nas Divisões de Patrimônio dos Fóruns, nas Comarcas onde houver, Coordenadoria de Controle Interno e na Coordenadoria de Contabilidade;

IV – avaliar e classificar os bens localizados, observando os critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 01/2010/TJ;

V – identificar os itens que não estão catalogados no Sistema de Material de Patrimônio (E-Mat) e efetuar os registros necessários para a aferição da carga patrimonial;

VI – identificar os bens que não possuem placa de tombo e providenciar o emplaquetamento destes;

VII – realizar os ajustes de compatibilização entre os dados obtidos do Sistema Integrado de Administração de Serviços para Estados e Municípios (SIAGEM) e do Sistema E-Mat;

VIII – verificar e comunicar quaisquer irregularidades encontradas quando da realização do inventário;

IX – informar e orientar às unidades acerca dos objetivos do inventário e da correta utilização dos bens permanentes.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a PORTARIA-GP-4562017.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO,
em São Luís, 26 de junho de 2018.

Desembargador JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 16519

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 06/07/2018 09:02 (JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS)

